

Política, democracia e educação no Brasil:**Uma breve análise à luz do caderno 13 de Gramsci****Janiara de Lima Medeiros¹**

jani.medeiros.educacao@gmail.com

Moisés Silva²

msilva1109@yahoo.com.br

Silvio Marcos Dias Santos³

silviosantos@id.uff.br

Introdução

Antonio Gramsci escreveu mais de 30 cadernos de história e análise durante a prisão, conhecidos como "*Cadernos do Cárcere*" e "*Cartas do Cárcere*". Considerando as condições adversas em que tais cadernos foram escritos e para despistar a censura fascista, Gramsci adotou uma linguagem cifrada, em torno de conceitos originais ou de expressões novas. Seus escritos têm forma fragmentária, com muitos trechos que apenas indicam reflexões a serem desenvolvidas.

Neste trabalho reflete-se sobre *política, Estado e democracia no pensamento de Gramsci*, sistematizado no *Caderno 13*, parte de uma extensa obra escrita entre os anos de 1932-1934, sob o título "*Breves notas sobre a política de Maquiavel*".

A teoria gramsciana apresenta elementos que muito se relacionam com a obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527), em especial como célebre livro "*O príncipe*", tido como documento central na fundação da ciência política moderna, escrito há mais de 500 anos. No *Caderno 13*, Gramsci revisita Maquiavel para dar uma interpretação particular sobre temas trabalhados por ele; desse esforço intelectual, o sardo italiano formula categorias importantes para análise, entre elas as relações de força, partidos políticos, vontade coletiva, a grande e a

¹Mestranda em Educação pela UFF, é Especialista em Psicopedagogia, Gestão de RH, Pós-graduada em Gestão EaD e possui MBA em Marketing. Há vinte e cinco anos atua na Educação acumulando experiência como docente e nas áreas pedagógica e administrativa em instituições públicas e privadas do Rio de Janeiro.

² Doutorando em Educação pela UFF, mestre em Educação pelo PPGEdU-UFF, pedagogo e professor de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³Doutorando em Ciência da Informação pela UFF, é bibliotecário e mestre em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Bahia.

pequena política, razão e paixão, teoria e ideologia, o Estado, hegemonia, cesarismo, democracia, entre outras.

A influência de Maquiavel no pensamento político-cultural gramsciano destaca-se na perspectiva internacional sociopolítica, essencialmente preocupada com os grupos subalternos (formado por massas dominadas) caracterizando um mosaico social. A identificação das classes sociais se distingue da de grupos subalternos, visto que, através das classes há características específicas de determinados conjunto de indivíduos dinamicamente ativo em lutas sociais. Esta distinção é necessária a fim de identificar e compreender a origem da nova sociedade anticapitalista em organização, para a qual os aconselhamentos gramscianos quanto à democracia começam a surgir no processo fabril, em que o pensador estimulava autonomia dos grupos subalternos e sua luta em favor da construção da hegemonia e da democracia operária. (GRAMSCI, 2001, p.288).

Gramsci busca em Maquiavel uma referência a fim de analisar em “O Príncipe” um manual de recomendações a fim de reunificar a Itália em crise. Ao se dedicar à análise da obra do Florentino, o pensador enriquece a reflexão acerca da sociedade brasileira atual, mesmo depois de séculos, tendo em vista que os temas que alicerçam a sua teoria continuam passíveis de aplicação no contexto da sociedade como bem ilustra o caso brasileiro, que trataremos como central nas páginas que se seguem.

Maquiavel é reconhecido por muitos filósofos como o pai da política moderna por ter rompido a ligação entre a *política* e as *questões religiosas* e morais cuja relação remontava ainda vínculos diretos com concepções vigentes na antiguidade. Exatamente o que é descrito em “O príncipe”, no qual há um governante sábio, mediador de conflitos civis e astutamente interessado a manter-se no poder. Esta questão é apresentada no capítulo V em que, ao analisar a verdadeira condição humana, também é feita a análise do governo e dos governantes ao discorrer analiticamente sobre o Estado e suas relações sociopolíticas.

“O príncipe” cada vez mais distanciada da imagem divina é a contradição da época em que se acreditava que os governantes eram selecionados por Deus. Desta forma, humanizando as capacidades dos governantes ao identificar o poder político emanado de Deus. No capítulo XI, Maquiavel rompe com a associação religiosa apresentando a política como um campo independente das preocupações com a religião e com a moral. Na obra, é possível identificar no Capítulo XIV que a principal preocupação durante o tempo de paz deve ser a de se preparar na organização, na disciplina e na arte da guerra, para o caso de um embate inevitável. Um governante deve estar preparado com estas características fundamentais para que tenha êxito.

Observa-se que a questão do poder, seja para quem ordena ou para quem é ordenado, é uma temática fundamental da sociedade e perpassa como objeto de análise por diversas áreas de conhecimento tais como filosofia, antropologia, economia, história, geopolítica, direito, relações internacionais, psicologia, entre outros. O poder é a forma explícita da soberania que, na maioria dos países ocidentais, é legalizado sob a forma de um ordenamento jurídico-político centrado na forma de um estado democrático. Em uma sociedade democrática pressupõe-se que há opções de escolha e, portanto, há grupos com forças distintas que atuam a fim da obtenção de soberania e poder legitimamente reconhecidos pelo processo democrático.

Os ideais democráticos, em geral, inspiram as práticas educativas democráticas. Portanto, espera-se que estes resultados educativos contribuam decisivamente para promover projetos de transformação social. Destarte, a escola é um espaço de tomada de decisões que desejavelmente remete à construção da liberdade, da convivência social e do respeito às diversidades; supõe-se que seu espaço se caracterize pela perspectiva de concretização do entendimento entre grupos e pessoas, almejando a construção de uma democracia pautada na articulação entre todos, de modo a aprofundar o debate consciente e emancipador acerca do sujeito e da organização do tecido social.

Uma das questões que movem da sociedade atual refere-se à legitimidade expressa na democracia como resultado das relações de força entre os grupos interessados na conquista hegemônica do Estado. Logo, governos se renovam (ou não) perpetuando a preocupação com os métodos e as estratégias para se alcançar e se conservar no poder.

A ideia de democracia brevemente retratada acima norteará a reflexão a seguir, no esforço de analisar aspectos da conjuntura da sociedade brasileira. Para tanto, toma-se como referência reflexões que inter-relacionam o contexto histórico da produção do *Caderno 13* ao contexto da realidade social, política, econômica e cultural contemporânea do Brasil, com foco especial para as *jornadas de junho de 2013 às eleições de 2018*. Segue-se abordando *Estado e democracia* na visão de Antonio Gramsci e, na sequência, elaborando uma breve análise acerca dos *desafios da educação brasileira na perspectiva de uma formação emancipatória* em face à organização do capital. Finalmente tece-se algumas considerações, no objetivo de dar sentido ao presente estudo a partir das temáticas arroladas.

Conjuntura política brasileira atual

A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflitos, que “fecham” ou “abrem”

Herbert José de Souza (Betinho) foi um sociólogo brasileiro de grande importância no cenário brasileiro de redemocratização dos anos 80. Voltando do Canadá após extenso período exílio político que incluiu alguns países sul-americanos, em consequência da ditadura militar, obteve grande notoriedade com a criação do movimento “*Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*”. Buscou com as suas campanhas sensibilizar o país para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, questões que persistem no espectro nacional.

Betinho tinha um olhar aguçado para os problemas estruturantes do Brasil; assim sendo, percebia que entre os problemas a serem enfrentados pelo país, a fome ainda era objeto de prioridade zero por parte das políticas nacionais. Como sua célebre frase sentenciava: “*quem tem fome, tem pressa*”, suas campanhas foram precursoras de ações que fizeram com que o Brasil deixasse de figurar no mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014, erradicando a extrema pobreza, conquistas colocadas em xeque hoje.

O sociólogo compreendia que a redução das desigualdades sociais era a chave para a construção de um novo caminho fortalecedor da cidadania e da democracia. Se por um lado, as instituições formais do Estado foram lentamente restabelecendo às práticas democráticas, por outro, a rearticulação dos partidos e movimentos sociais foi um acelerador da redemocratização, como consequência, foram decisivos nos debates que culminaram por aprovar a Constituição cidadã de 1988 e nas campanhas que conquistaram a primeira eleição direta para presidente (1989), após o longo período de ditadura civil-militar iniciado em 1964.

O cenário atual é dramático; observamos a escalada do discurso do ódio, da intolerância e fanatismo de todos os tipos, do fechamento das liberdades democráticas e políticas. Segundo José Murilo de Carvalho (2001), que pesquisa sobre os temas cidadania e República, o Brasil precisa trilhar um longo caminho para a consolidação da cidadania, assim como sempre foi enfático ao afirmar que a República é um projeto inconcluso e levado a cabo por suas elites, que sempre praticaram como saída para as crises o acordo pelo alto, excluindo o povo (a “*ralé*” na classificação de Jessé de Souza) das decisões e rumos do país.

Na disputa de projeto, os grupos sociais vão fazer uso de suas principais armas para conquistar a hegemonia do Estado; não espere-se nenhum tipo de solidariedade dos que almejam manter-se enquanto classe dirigente. No Brasil, um erro recorrente na disputa pela hegemonia, realizado pelos grupos subalternos é o pouco zelo e às vezes a negligência ao analisar a conjuntura. Para Souza (1984, p. 08) “A análise de conjuntura é uma mistura de

conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre de alguma necessidade ou interesse”, e os movimentos sociais devem dedicar cuidadosa preocupação com ela, pois dela sairá os apontamentos fundamentais para a superação dos obstáculos à conquista hegemônica do Estado.

Os embates dos anos 90 foram um misto de liberdade política conjugado com a conquista depois de décadas de certa estabilidade econômica. O Plano Real, efetivado no governo de coalização de Itamar Franco (1992-1995), após o impeachment de Fernando Collor (1992), apresentou como saída política o PSDB de Fernando Henrique Cardoso (FHC), idealizador da política econômica que prosperava. Nas duas eleições seguintes FHC (PSDB) derrotou Lula (PT) e governou sob a égide do mercado e dos interesses do grande capital, a burguesia nacional alinhada ao capital internacional impôs uma agenda neoliberal de privatização dos setores estratégicos e de arrocho salarial.

Enquanto os bancos e o capital financeiro das bolsas obtinham lucros exorbitantes, a desigualdade social que deveria ser reduzida ampliou o fosso social entre ricos e pobres. Combinado a isso, intensificaram-se as crises nas áreas da educação, saúde, moradia e da segurança pública nas cidades, que cresceram de forma desordenada e sem planejamento, bem como no campo, mediante a luta por terra e reforma agrária, que persistia sem sinais de avanços de concretização.

Uma fábula era contada repetidamente pelos economistas do Banco Central: “É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”, como já dizia Delfim Netto nos seus “áureos tempos” de ministro da ditadura militar; o problema é que a população começou a perceber que, não obstante o governo aumentasse a arrecadação, os investimentos nas áreas essenciais do país diminuía ou cessavam sem responder as demandas sociais.

A chegada de um novo século não mudou muito as expectativas sobre os caminhos do estado brasileiro; a desesperança do povo contrastava com a euforia dos lucros e dividendos altíssimos da burguesia nacional. Este cenário colocava em choque dois projetos antagônicos: por um lado, a manutenção e ampliação do neoliberalismo conduzido por FHC, PSDB e seus aliados e por outro, a construção de um projeto nacional desenvolvimentista liderado pelas forças progressistas alimentadas pelos movimentos sociais e populares, canalizados por Lula, PT e seus aliados.

2002 representou para os movimentos progressistas um marco na luta pela hegemonia da nova república, independente do grau maior ou menor de concordância com isso, a eleição do primeiro operário, fruto da construção da classe trabalhadora e dos grupos

subalternos brasileiros, faz de Luiz Inácio Lula da Silva um símbolo emblemático para a esquerda e para os movimentos que o levaram a presidência.

Os governos petistas galgaram êxito eleitoral em quatro eleições seguidas, duas vezes com Lula e duas vezes com Dilma Rousseff. No entanto, divididos em dois momentos distintos, no primeiro de 2002 a 2008, que podemos denominar de *céu de brigadeiro*⁴, fruto do alto crescimento econômico, alianças amplas e das políticas governamentais voltadas para as áreas sociais, ações afiançadas pelo pacto social, efetivada nos compromissos assumidos com a burguesia na primeira *Carta ao povo brasileiro*⁵, assinada por Lula.

No segundo momento, de 2008 – 2016, que podemos denominar de *mayday*⁶, período que acompanha a crise mundial da economia, que no médio prazo chegou ao Brasil causando desaceleração da economia, desemprego, aumento de juros e a subida do índice inflacionário. No campo político, ficou visível, principalmente a partir do segundo mandato de Dilma: a desarticulação da frente ampla de aliança; o crescente descontentamento da população expressa em múltiplas manifestações populares; a rearticulação dos setores conservadores de extrema-direita influenciados pela ideologia fascista; tais sinalizações claras indicavam que os tempos que avizinhavam-se eram de reverses na luta pela hegemonia do Estado brasileiro para os setores progressistas.

A política iniciada pelo PT no governo federal foi muita das vezes embasada fortemente pelo pensamento elaborado por Lula, fruto de sua trajetória sindicalista adquirida na larga experiência vivenciada a frente das greves sindicais entre o final dos anos 70 e início dos anos 80. A experiência do novo sindicalismo foi elevada a política estratégia de um novo projeto nacional desenvolvimentista, do Lula habilidoso negociador das mesas entre patrões e trabalhadores do ABC paulista, passando pela fundação de um novo partido, o Partido dos Trabalhadores – PT (1979). O PT organizou um projeto audacioso de conquista do poder, cujo êxito obsta contestação.

Apesar do desgaste de 14 anos a frente do governo federal, escândalos e um processo de Impeachment da presidente Dilma, ainda assim o PT figura como o partido de maior prestígio junto ao eleitorado nacional; segundo a pesquisa Ibope de 21/08/2019, o PT

⁴*Céu de brigadeiro* é uma expressão metafórica originária da área da aviação que se refere a um trajeto com céu azul e limpo, livre de nuvens e com tranquilidade no seu percurso de voo.

⁵ Em junho de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva assinava como candidato a presidente da República pela frente de partido liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) o documento denominado “*Carta ao Povo Brasileiro*”, documento que assumia um pacto social de conciliação entre as classes sociais e suas diferentes pautas. Para maior aprofundamento da questão, sugerimos a leitura da sua íntegra, disponível em: <<https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>> Acesso em 15 mai. 2019.

⁶*Mayday* é uma expressão metafórica originária da área da aviação que se refere a um momento de eminente perigo, em que a tripulação da aeronave solicita ajuda (socorro para sanar o problema), que em caso de negativa pode levar a perda de direção e a queda do avião.

tem 29% da preferência eleitoral, superando 34 partidos somados e deixando o segundo bem aquém na preferência, o PSDB, com os seus modestos 5%.

No entanto, fica a reflexão sobre o porquê do PT e seus aliados não terem conseguido transformar sua base popular em apoio organizado para derrotar a aliança de forças (parlamento, judiciário, comunicação e a grande burguesia nacional) propulsoras do Golpe de Estado de 2016, que resultou na deposição de Dilma Rousseff da presidência da República.

Um caminho possível para este desfecho foi a crise aberta pelas *Jornadas de junho de 2013*, a partir das fagulhas iniciadas com as primeiras manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro, as ruas foram tomadas por uma geração de brasileiros sedentos por representação e solução das suas demandas. (VIANA, 2013). Os famosos cartazes “*Não são só 0,20 centavos*” vistos nas mãos dos manifestantes na Avenida Paulista abriram o tampão do barril de pólvora dos graves problemas estruturais, econômicos e sociais dos grandes centros urbanos brasileiros.

No auge dos grandes eventos e da crítica a eles, um descontentamento há muito silenciado pela classe média, mas somente por ela, ganhou todos os estratos sociais em um processo que explodiu em um conjunto de grandes manifestações, protestos expressivos somente comparados com manifestações da campanha das “*Diretas Já*”. (BRAGA, 2013). Diferente do movimento dos estudantes que foram às ruas contra o presidente Fernando Collor, em 1992, os protestos começados em junho de 2013 tinham múltiplas caras, de todas as faixas etárias e classes sociais, tendo começado pelas redes sociais e se materializado nas ruas de todo o país através de dezenas de milhares de pessoas protestando em torno de múltiplas pautas.

Verifica-se que os manifestantes reproduziram em seus cartazes um grande mosaico, extremante parecido com a lógica individualizante das redes sociais que originaram as convocações dos atos, sem canalização clara de bandeiras unitárias fortes, pelo menos no primeiro momento. As jornadas de junho caracterizaram-se por um movimento em aberto e a ser disputado, mas não demorou a que os setores tradicionais da sociedade entendessem as dimensões deles e a importância de promover investidas, no sentido de direcionar os protestos de acordo com os seus interesses.

Para Secco (2013), da noite para o dia, os meios de comunicação imprimiram novas narrativas sobre os protestos; de vândalos, os manifestantes foram elevados à cidadãos conscientes, lutando contra a corrupção e por uma nova agenda social, econômica e política para o Brasil. Um movimento “apartidário”, precedente, que permitiu a perseguição nos atos de partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e populares que participassem com as

suas bandeiras e militância de forma organizada. (SAKAMOTO, 2013). Muitas direções destes movimentos, no claro sinal de recuo, a época orientavam seus militantes a irem aos atos, mas recomendaram que não levassem suas bandeiras e não vestissem suas camisas como de costume.

As camisas vermelhas, então, eram rechaçadas como inimigas, por um discurso pernicioso já circulante de ódio à sociedade civil organizada; em regra, foi o retorno sem pudores do discurso autocrático, bem próximo de cruzar a linha tênue que o separa da ideologia fascista.

O Congresso e o governo Dilma foram para as cordas e absorveram todo o desgaste da insatisfação popular; no entanto, quem mais sofreu foi o governo, que pressionado pela opinião pública, foi obrigado a negociar apoios, pacotes, concessões políticas e medidas para acalmar as vozes das ruas. Apesar de uma vitória momentânea, no pleito eleitoral de 2014, na reeleição de Dilma, o cenário de luta política continuava aberto. O PSDB de Aécio Neves, não conformado com sua derrota, conspirou no parlamento com os setores do PMDB e de outros partidos até encontrar uma forma possível de desencadear um processo do Impeachment dentro de aparentes termos legais.

As sessões públicas da Câmara dos deputados do processo do Impeachment veiculadas na íntegra pelas TVs foram reveladoras do nivelamento da disputa política nacional. Acompanhou-se com isso, a sedimentação ainda maior da sociedade brasileira; não esqueça-se dos discursos dos parlamentares “em nome família, Deus e da propriedade”, na justificativa pelo afastamento da presidenta, nada mais emblemático e representativo de um parlamento que demonstra patente distanciamento em relação aos seus representados e que, ao mesmo tempo de forma contraditória, espelha fielmente muitos dos que este realmente representa. Desse modo, o discurso conservador de grande parte dos parlamentares tornou-se o cheque em branco para a disseminação do ódio de classe por toda parte.

Na visão de Sakamoto (2013), as jornadas populares de junho de 2013 oportunizaram a abertura de um amplo debate sobre o papel das instituições e dos poderes do Estado; contudo, a falta de compreensão sobre aquele movimento em curso, por parte dos grupos progressistas, prodigalizou um momento precioso, que poderia ter impulsionado mudanças estruturantes no Brasil.

Um combustível essencial para a eclosão deste processo, crê-se, vem da fadiga da sociedade em relação ao sistema democrático de representação política, esvaziado de legitimidade popular. (LIMA, 2013) Os poderes legislativo e executivo têm adversários poderosos e com protagonismo ativo, a classe dominante empresarial em associação ao

capital transnacional e fazendo uso dos grandes meios de comunicação nacional disseminam a desmoralização do combalido sistema político.

Os desafios da democracia são enormes; o dilema é a busca de saídas para a superação do passado autoritário e dos golpes de Estado, tão presentes no horizonte nacional. Completa-se, formalmente, três décadas de liberdades democráticas e de eleições regulares para as instituições nacionais, o maior período de regime democrático da história republicana. Apesar de neste ínterim, já registrar-se dois processos de impeachment, o do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1992), e o golpe jurídico-parlamentar consumado contra a presidenta Dilma Rousseff (2016), ainda ferve, vivo como um ferimento aberto, que não apresenta nenhuma perspectiva de cicatrização rápida; muito pelo contrário, vem anunciando uma escala do conservadorismo, com a articulação crescente de um discurso de cunho fascista e de fechamento do sistema político.

Como consequência deflagrada por estes dois processos, a nação vê-se em uma crise institucional, jurídica, econômica, social e política que coloca em xeque a nossa frágil democracia. Os acontecimentos da atual conjuntura ainda estão em movimento e podem ter desfechos e consequências imprevisíveis. A manutenção da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (desde abril/2018), expõe as feridas de um Estado que vem gradativamente fortalecendo um judiciário como poder acima dos demais poderes constitucionais, o que torna mais grave a crise sistêmica.

As eleições 2018 poderiam ter sido a arena de repactuação de um novo projeto nacional de refundação da República. No entanto, o processo eleitoral acirrou ainda mais a divisão. A suposta facada ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro, em Juiz de Fora (MG), propiciou um efeito explosivo de visibilidade e fortalecimento da campanha eleitoral que o levou em primeiro lugar para a disputa do segundo turno. Seu adversário foi o candidato petista, Fernando Haddad, substituto de Lula no processo eleitoral, visto que este foi preso e impedido de concorrer com base nos processos da Lava-Jato, de Curitiba, conduzido pelo então Juiz, Sérgio Moro.

O segundo turno das eleições de 2018, se não trouxe a vitória eleitoral ao campo progressista, unificado na candidatura de Haddad (PT), produziu um movimento fundamental de unidade das forças democráticas para os enfrentamentos aos grupos de extrema-direita que sustentam o Bolsonarismo.

Ao analisar os números percentuais das eleições, observa-se algumas questões interessantes: no primeiro turno, Jair Bolsonaro obteve 49.275.358 (46,03%) de votos e Fernando Haddad obteve 31.341.839 (29,28%) dos votos válidos; (TSE, 2018) ; analisando

os dados de forma fria e racional, a virada eleitoral do candidato petista era algo extremamente difícil, a tendência dos números demonstrava um cenário adverso para a retirada de uma diferença da ordem de 17.933.519 (16,75%) de votos, em uma campanha com tempo tão diminuto.

Os dados acima colocados estiveram nas mesas das coordenações de campanha dos dois candidatos; eles os conheciam e a partir desses construíram estratégias para a segunda etapa. Um elemento do final do primeiro turno trouxe esperança à candidatura progressista de Haddad; o esforço hercúleo dos diversos setores que embarcaram nas duas últimas semanas na campanha de Bolsonaro parecia indicar que ele pudesse liquidar a eleição em pleito único; mas, embora a imensa máquina midiática tenha girado em torno dessa intenção, não lograram êxito. A consolidação de segundo turno foi um resultado vitorioso para os progressistas e significou a esperança de uma possível virada, já que todos analisavam que o teto eleitoral de Bolsonaro havia sido atingido e que daquele patamar o candidato não apresentava condições objetivas de avançar.

A apuração final das eleições 2018, como conhecido por todos, legou à Bolsonaro a 38º cadeira de presidente da República, com 57.797.847 (55,13%) de votos contra os 47.040.906 (44,87%) de votos de Haddad. (TSE, 2018). Para alcançar esse desfecho eleitoral, o candidato e seus colaboradores adotaram táticas agressivas via redes sociais, em especial com o uso do “*twitter*” como veículo de seus pronunciamentos e o “*Whatsapp*” como disseminador de uma grande rede de mobilização silenciosa, via através da qual apresentou o seu discurso ultraconservador de programa de governo.

Apesar disso, o segundo turno apresentou um caminho a seguir na reorganização do campo progressista: a construção de uma ampla frente para resistir aos retrocessos da agenda do novo governo bolsonarista.

A unidade iniciada no segundo turno foi a grande conquista política deste processo que precisa ser mantida e ampliada. A declaração de apoio de Guilherme Boulos (PSOL) a candidatura Haddad (PT) é um bom exemplo do movimento que aconteceu na base da sociedade. Uma reação que ganhou a ocupação das ruas, bairros e cidades brasileiras numa campanha que se não conseguiu eleger Haddad presidente, demonstrou para o atual governo que a sua vida não seria facilitada, que a sua construção hegemônica não seria tão naturalmente conquistada como o cenário eleitoral de 2018 aparentava indicar inicialmente. Boulos em sua declaração de apoio ao petista apontou alguns das questões centrais a serem enfrentada na atual conjuntura:

Ele é o atraso, é um passado sombrio de mortes e autoritarismo. Bolsonaro não é um salvador da pátria, é uma aventura que, eu não tenho a menor dúvida, traria consequências desastrosas para o País. E não apenas em relação a ameaça para a democracia; ele é uma ameaça ao trabalhador e aos seus direitos. É uma ameaça às mulheres, ao povo negro, aos lgts, aos indígenas, aos Sem Teto, aos jovens, é uma ameaça ao Brasil. (...) Nós precisamos de uma nova democracia no Brasil — essa está profundamente golpeada. Não só com o golpe parlamentar de Temer; a gente viu isso também com a prisão injusta do ex-presidente Lula, e com a violência política que matou Marielle Franco e permitiu a ascensão de Bolsonaro. (BOULOS, 2018, p.01)

O ciclo político iniciado em 2013 teima em permanecer no horizonte, recolocando a importância da mobilização popular como forma de superar a crise sistêmica que permanece sem saída aparente no curto prazo, os cem primeiros dias do novo governo corroboram para intensificação do acirramento dos ânimos na disputa pela hegemonia do Estado. As manifestações de massas voltaram às praças das cidades, como já nos advertia (SAFATLE, 2017, p. 01) “O fato é que algo como Junho de 2013 provavelmente se repetirá. A verdadeira questão é se estaremos preparados para isso ou se iremos perder a oportunidade, mais uma vez, de colocar abaixo a estrutura institucional degradada e sua casta política.”.

Em 15 de maio de 2019, as manifestações convocadas por movimentos sociais, em especial de estudantes e professores, contra os cortes de verbas na Educação e a Reforma da Previdência, colocaram milhares de pessoas nas ruas de todo o País, sendo inclusive em números de participantes e cidades, maiores que os dos protestos de junho de 2013. O presidente, em resposta convocou manifestações em apoio ao seu governo para o dia 26 de maio de 2019, que foram visivelmente menores do que as realizados por seus opositores, apesar disso, não podem ser desprezadas, já que também se evidenciou uma grande participação de apoiadores nas ruas em defesa da agenda conservadora bolsonarista.

Gramsci pode nos subsidiar para o entendimento do novo devir:

Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2017, p. 35).

Nossas inquietações são muitas diante deste cenário de incertezas e mudanças, ainda assim, apreciamos os momentos de viradas e de impasses, pois deles podem sair a estratégia de um novo movimento histórico e de uma nova visão de mundo.

Um diálogo entre a democracia na visão de Antonio Gramsci e “Opríncipe” de Nicolau Maquiavel

A origem palavra democracia vem do grego *demokratia* que, traduzida para o latim temos a palavra *Democratia*. O vocábulo possui origem grega, e se desdobra de dois outros: "demos", que significa "povo, distrito" e "kratos" cuja tradução é "domínio ou poder". A junção desses vocábulos remete ao significado de "poder do povo" ou "governo do povo".(CUNHA, 1982).

Para o filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-347 a.C.), a democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido e, portanto, todos iguais entre si, a democracia seria a forma mais justa para se governar. (PORFIRIO, 2019). Conforme o dicionário Aurélio, (FERREIRA, 1999), a palavra democracia significa "Governo em que o poder é exercido pelo povo".

Atualmente é senso comum que este regime democrático tem como base a liberdade de opinião e, portanto, todos os direitos são iguais, independente da classe em que o indivíduo está inserido.

As notas do Caderno 13 (§ 2 e § 17) testificam que a forma de analisar as relações de forças sociais é apresentando e solucionando o problema gnosiológico da relação entre estrutura e superestrutura. Este apontamento do Caderno 13 (§17 e 18§) nos remete ao pensamento de Marx, em que dois dos seus princípios estão enunciados "Prólogo da Contribuição à Crítica da Economia Política":

Nenhuma formação social desaparece antes que todas as forças produtivas que se ajustam a ela se desenvolvam, e novas e mais altas relações de produção nunca apareçam antes que as condições materiais para sua existência tenham amadurecido dentro da sociedade muito antiga. É por isso que a humanidade sempre propõe apenas os objetivos que pode alcançar, bem, olhar para as coisas, sempre vemos que estes objetivos só brotam quando já ocorrem, ou pelo menos estão gestando, as condições materiais para sua realização. (MARX, 2008, p. 28).

De acordo com minucioso levantamento feito no Caderno 13, identificou-se que a palavra democracia é citada 10 vezes. Outras termos também foram identificados por sua recorrência, bem como pela pertinência à presente abordagem, tais com: Democratas (3), Estado (95), Estados modernos (2), Sociedade civil (11) Vontade coletiva (21), Vontade nacional-popular(4) e finalmente Hegemonia, que aparece 29 vezes. Apesar disso, segundo observou-se, Gramsci não se ocupou neste caderno com abordagens conceituais. Como exemplo, o termo democracia não foi objeto de conceituação nem no sentido e nem na sua abrangência política.

O moderno príncipe é o personagem que surge para dar nexos democrático entre cosmopolitismo (seja o medieval ou o iluminista, em suas perspectivas de um trabalho

itinerante não mais ligado ao campo e, respectivamente, o de um trabalho com base na intelectualidade da massa trabalhadora) e na identidade popular, de modo a construir e manter as funções dos intelectuais desnacionalizados, tendo em vista serem incluídos como elementos fundamentais na construção do pensamento ético-trabalhador-nacional.

Embora invocado por Maquiavel como sendo um ser concreto e real, o Príncipe era na verdade, a representação de um organismo reconhecido como partido político a fim de reunir e expressar o sentido de vontade coletiva. Como representante do povo italiano, a abstração refletiria na sua representação mítica o líder ideal. Desse modo, o Príncipe é a expressão da identidade democrática em que a soberania está no partido político conectando as ações intelectuais com as relações de força e de poder.

No estudo do Caderno 13 crê-se oportuno separar o conteúdo de forma cronológica, conforme indicação do próprio Gramsci, a fim de compreender a obra por meio dos seus blocos temáticos. A homogeneidade temática apresentada está na sua interpretação de O Príncipe e na contextualização histórica essencial à filosofia da práxis.

Ao traduzir o mito, Gramsci (1999) transcende as interpretações democráticas de Maquiavel ao identificar que sua intenção baseava-se na educação a fim de conscientizar os indivíduos quanto a necessária política para atingir um objetivo planejado. Desta maneira, “O Príncipe” deveria unir estratégias capazes de alcançar o alvo. Gramsci identifica nas intenções de Maquiavel uma maior complexidade e aspectos democráticos. Maquiavel apresenta a tamanha necessidade de um estado unitário nacional que todos aceitarão utilizar-se dos únicos meios adequados disponíveis a fim de alcançarem este grande objetivo:

O moderno Príncipe, o mito-Príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento social no qual tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. (GRAMSCI, Q 13, §1, 2017, p. 16).

Então está no novo príncipe um partido determinado a fundar um novo Estado. Assim, o novo Príncipe é a esperança de “soberania” capaz de organizar politicamente a nova nação. Então, ao passo que o novo príncipe é uma subjetividade incorporada pelo Estado, tem a sua estabilidade no campo que foge a questão apenas territorial, abrangendo a questão de formação política e ideológica.

A hegemonia é uma categoria central do pensamento gramsciano. Ao compreendê-la, é possível identificar a legitimação do consenso social quanto à nova política, antes do poder adotado através da nova condição hegemônica. Sendo a nova política e o novo poder legitimado pelo povo através da hegemonia, é possível conceber que, à lente de Gramsci, democracia e hegemonia formam uma dupla indissociável. É, portanto compreensível que a

partir de uma política com base democrática, uma proposta pode se tornar hegemônica naquela sociedade.

Neste sentido inexistente autoritarismo do Estado, visto que a hegemonia teria chegado aos governantes depois de conquistado o consenso da massa social. De acordo com Gramsci:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realístico e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. (GRAMSCI, Q8, §191, 2017, p. 290-291).

Segundo Gramsci, a relação democrática ou hegemônica que configura o novo estado moderno traz na representação simbólica de Maquiavel o soberano indispensável, que é derivado de uma forma de Estado necessária à solução da crise social que concilia a contradição entre elementos tão distintos e complexos, porém complementares, resumidos na necessidade econômico-financeira e na liberdade política. Esta contradição parece não enquadrar-se no princípio democrático, mas também não o excluiu.

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (...). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes (...). A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada (GRAMSCI, Q8, §1, 2017, p. 275).

Para Gramsci, (Q 11, § 13, p. 1396) nos elementos que fundamentam o processo de instauração hegemônica se encontra a expectativa de realizar, através da revolução intelectual, o rompimento com o monopólio cultural da Igreja Católica. Ademais, através da hegemonia concretiza-se a formação de um bloco histórico em que se associam as relações dos homens rurais e urbanos constituintes do grupo hegemônico cidadão trabalhador.

Estes elementos criam uma identidade nacional-popular em que Gramsci bebe da filosofia de Hegel, a qual identifica o princípio filosófico tendendo a compartilhar aos homens a racionalidade da burguesia e, portanto, percebe-se um fundo democrático ao evidenciar esta potencialidade de ativação das massas através da intelectualidade filosófica. De acordo com Gramsci (2017, p. 288) “A concepção de Hegel é própria de um período em que o desenvolvimento extensivo da burguesia podia parecer ilimitado e, portanto, a eticidade ou universalidade desta classe podia ser afirmada: todo o gênero humano será burguês”.

Há de se pensar quanto há possibilidade de identificar nesta afirmação a generalização de toda a sociedade em uma só categoria, a burguesia. Neste sentido, todos estariam igualmente classificados no meio social.

Contudo, este fato não ocorreu quando se iniciou o confronto da burguesia durante o processo imperialista instaurado com a grande guerra; ao contrário, a mesma burguesia não se apropria socialmente da sua identidade. Igualmente, os novos momentos históricos não podem mais controlar a democracia, embora se reconheçam socialmente suas barreiras a partir do totalitarismo e autoritarismo evidenciados nos contextos político e econômico.

No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e em seus aspectos secundários e derivados. Os mais triviais são: “crise do princípio de autoridade” e “dissolução do regime parlamentar”. (GRAMSCI, 2001, p. 1638).

Uma vez que após a grande guerra ocorre a dificuldade de se tornar prático o exercício da hegemonia, seja por razão da crise instaurada em que se apresenta cada vez mais forte o princípio da autoridade (ou autoritarismo), ou seja, em função da dissolução do regime parlamentar, o fato é que as condições desse exercício desperta grande preocupação em Gramsci.

Em quaisquer instâncias, a democracia implica o envolvimento da coletividade e, portanto, não condiz com uma realidade social com base na desigualdade.

Para Gramsci(1975, p.1344) toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica e, portanto, a hegemonia, além de associada à democracia, também está relacionada à educação. Isso posto, para o sardo a hegemonia era necessária à valorização da cultura e à uma reforma intelectual e moral que tivesse desdobramentos, principalmente, na educação popular.

Neste sentido é que Gramsci (1968) identifica na instituição escolar o caráter público e unitário, com a necessidade de substituição da sua função “formativa” (na qual os interesses estão voltados para o Capital) pela uma escola “desinteressada” com a sua função voltada à cultura popular. A educação popular, incluindo principalmente a classe trabalhadora, está conectada à função hegemônica na qual a formação de intelectuais é fundamental, a fim de conceber e compartilhar os princípios do pensamento crítico e democrático.

Encontramos na corrente freiriana um ponto de convergência com o pensamento de Gramsci, quanto apreocupação com o caráter libertador(FREIRE, 2009, p.150) que o ato educativo pode exercer nas pessoas: “Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação no mundo”. Para Freire, assim como para Gramsci, o indivíduo

alfabetizado precisa se conscientizar e ser crítico de sua condição de oprimido. Por analogia, identifica-se a opressão no analfabeto não somente no que se refere à incapacidade de ler as palavras, mas também na incapacidade de interpretá-las. Para libertar-se, o oprimido precisa conseguir além de ler, interpretar e formar um pensamento crítico, a fim de uma educação significativa e libertadora.

Os desafios da Educação brasileira para uma formação emancipatória na organização do capital

Diante do cenário sócio histórico brasileiro retratado a partir dos anos de 1990, em especial no que se refere às políticas públicas em Educação, são perceptíveis alguns aparelhos privados de hegemonia que sustentam a ideologia em favor da democracia não identificada nas ações de decisões de maiores impactos no desenvolvimento social brasileiro. O período de crise política, evidenciado por meio do mecanismo jurídico-parlamentar de 2016 e a crise financeira em crescimento indiscriminado, desperta nos educadores a percepção e uma reflexão mais específica do papel da educação escolar – sobre tudo na educação pública, visto que a escola é o mecanismo de criação e manutenção da ideologia burguesa.

Segundo Gramsci, além da formação técnica, a formação humana deve direcionar a um ser humano emancipado, livre e com consciência crítica para exercer seus deveres e fazer valer seus direitos. Por tanto, como solução, a educação deve ser um direito de igual a todos, independe da sua condição econômico-financeira.

Um fato que neste período histórico e, mais recente, relacionado a educação foi o caráter autoritário da reforma do ensino médio que gerou a Lei nº 13.415/2017, adotada por meio da Medida Provisória nº 746, de 2016. O seu pedido de urgência inviabilizou discussões com os profissionais da área e demais componentes da sociedade civil. Desta forma, os direitos democráticos adquiridos ao longo da história brasileira foram transgredidos.

Ao observar as reformas na educação brasileira das últimas décadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 (LDB), há outras que alteraram a função social da instituição escolar e do trabalho docente, comprometendo o princípio democrático.

Suas noções de pedagogia crítica e instrução popular foram teorizadas e praticadas décadas mais tarde, por Paulo Freire, no Brasil. Gramsci desacreditava de uma tomada do poder que não fosse precedida por mudanças de mentalidade. Para ele, os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais e um dos seus instrumentos mais importantes para a conquista da cidadania seria a escola.

Gramsci promoveu o casamento das ideias de Marx com as de Maquiavel, considerando o Partido Comunista o novo "príncipe", a quem o pensador florentino renascentista dava conselhos para tomar e permanecer no poder. Para Gramsci, mais ainda do que para Maquiavel, os fins justificam os meios e qualquer ato só pode ser julgado a partir de sua utilidade para a revolução comunista.

Segundo Semeraro (2001; 2014), Gramsci buscou entender a dinâmica da realidade social e política com toda a sua abrangência e complexidade sempre comprometido e envolvido com os trabalhadores e, apesar dos variados formatos em que foram localizados seus escritos, aparentemente dispersos, encontra-se em seu conteúdo, além de uma concepção de mundo, a possibilidade de uma leitura do conhecimento científico com novas fundamentações e um método de trabalho.

Gramsci acredita em um agir político ativo onde haja espaço para as classes subalternas capturar o real e a partir de seu próprio saber perceber a relação que existe entre a forma precária de como vivem e a forma injusta como se estrutura a sociedade. Sempre ao interpretar os movimentos, Gramsci teve a preocupação em evidenciar as relações de força envolvidas, as disputas entre as classes populares e as tentativas de restauração.

não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2000a, p. 53)

Acreditou na *construção revolucionária da filosofia da práxis* a partir de uma relação ativa com o ambiente, porque além de conseguir unir teoria e prática ela é fruto da realidade e do protagonismo dos subalternos.

Julga-se necessária a compreensão de que as modificações na educação atingem o caráter público e funcional social da escola, dentre outros, modificada pelas políticas neoliberais coadunadas com a expansão do grande capital. Desse modo, Crê-se oportuno realizar uma interlocução com as interpretações do debate acadêmico sobre as mudanças nas políticas, no que tange aos processos de formação e discussão sobre cultura, arte, autonomia, tecnologia, educação pública, formação humana, democracia.

As reformas educacionais, que tanto enfatizam a qualidade e a equidade, são transcritas por meio das diversas políticas, como no Plano Nacional de Educação (PNE), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros, o que atingirá outras esferas como o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica, entre outros.

Resultantes das disputas desiguais entre os trabalhadores da educação e os tecnocratas autointitulados como educadores, as reformas reforçam que a dicotomia estruturante da educação brasileira, na qual se expressam através da educação pública e privada as características da educação voltada para a massa trabalhadora e a educação voltada para a elite.

Os interesses da classe dominante são expressos através da organização que a representa. Por meio dessa organização, os empresários têm levado à educação um modelo de gestão empresarial; desse modo, subvertem a lógica central para o entendimento de famílias como clientes, de informação como conhecimento, de currículo como currículo mínimo, de qualidade como qualidade total, de competitividade para a produtividade, enfim, a educação é tornada mercadoria.

Como resultado, a educação sucateada e verdadeiramente aligeirada e superficial serve para atender as demandas do Capital.

Considerações finais

O contexto histórico da produção do Caderno 13 apresenta aproximações com o Brasil desde os anos 90 até ao Brasil do momento atual.

A apresentar o tema democracia, buscou-se desvelar e analisar os interesses contidos na aparência e por trás dos discursos políticos disponibilizados em diversas fontes tais como notícias divulgadas na internet, artigos de revistas e de jornais, redes sociais e sem dúvidas, analisando as fontes de informação. Neste sentido, também foram válidas as leituras e interpretações das “*fakenews*” a fim de organizar e sistematizar a intenção de manipulação da informação.

As políticas públicas educacionais brasileiras estão comprometidas com os interesses que circundam as demandas privatistas da educação, expostas nos arcabouços legais justificadores da transferência de recursos econômicos para a iniciativa privada e, na outra ponta, pelo sucateamento da educação pública. Quando se pensa em formação, fala-se de políticas de formação, o que na cultura ocidental aparece de forma dual nas instituições familiar e escolar.

A pobreza e a desigualdade social constituem os maiores desafios socioeconômicas da atualidade. Ao passo que a economia mundial evolui e promove o aumento dos diversos tipos de bens e serviços materiais, sociais, culturais e tecnológicos, grande parte da população permanece alijada do usufruto de tais benesses, o que aprofunda a desigualdade social,

tornando-a um dado cada vez mais patente e funesto, com a trágica consequência de manter essa população afastada dos sistemas sociais formais de saúde e de educação.

O referencial bibliográfico baseado em Gramsci e “O príncipe” de Maquiavel possibilitaram uma leitura organizada a fim de um estudo crítico sobre as sociedades em tempos e países distintos, em que apontam a necessidade de educação emancipadora a fim de que a formação do pensamento libertador seja expresso através da luta por práticas democráticas, mobilizando hegemonicamente a sociedade ao compromisso com a democracia.

Parece de grande relevância que a escola trabalhe pautada nos conceitos de cidadania, de democracia e de autonomia. Dessa forma, torna-se possível que a participação na prática pedagógica atinja adequadamente o cotidiano escolar; um cotidiano que faça de cada aluno um indivíduo capaz de contribuir salutarmente para a manutenção da ordem ou para a transformação da realidade em benefício do perfil social no qual a comunidade escolar se insere.

Uma escola democrática e de qualidade pode ter papel fundamental na diminuição da desigualdade social e na melhoria da qualidade de vida de toda a população, devendo ser problematizada em relação a sua função social, objetivos e métodos, de forma contextualizada. A reflexão sobre a aprendizagem do aluno, sobre a realidade da sala de aula e da instituição crê-se não poder ser fragmentada ou dissociada do contexto social e político.

Referências Bibliográficas

BOULOS, Guilherme. *ELE NÃO! Vamos eleger Haddad!* Portal MTST. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/guilherme-boulos-apos-mobilizacao-e-campanha-historicas-e-hora-de-somar-forcas-contr-o-fascismo-no-2o-turno/>> Acesso em: 15 mai. 2019.

BRAGA, Ruy. *Sob a sombra do precariado*. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 79-82.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico nova fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *Cadernos do Cárcere*, vol. 4. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. *Cadernos do cárcere* vol.2. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

_____. *Quaderni delcarcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001a.

_____. *Quaderni delcarcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana, 4 vol. Torino: Einaudi, 1975.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, Venício A. de. *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Carta ao povo brasileiro*. Partido dos Trabalhadores (PT), 2002. Disponível em: <<https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>> Acesso em 15 mai. 2019.

MAIA, Gustavo. *PT é preferido de 29% dos eleitores e supera 34 partidos somados, diz Ibope*. Portal UOL. São Paulo, 21 ago. 2018. Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/21/pt-e-preferido-de-29-dos-eleitores-e-supera-34-partidos-somados-diz-ibope.htm>> Acesso em: 18 mai. 2019.

MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *É a questão urbana, estúpido!* In: _____. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

PORFÍRIO, Francisco. *Aristóteles; Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br>>

/filosofia/aristoteles.htm>. Acesso em 16 mai. 2019.

SAFATLE, Vladimir. *Manifestações como as de 2013 provavelmente se repetirão. Folha de São Paulo*, São Paulo, Ano 97. n. 32.293. 01 set. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/09/1914638-manifestacoes-como-as-de-2013-provavelmente-se-repetirao.shtml?>> Acesso em: 18 mai. 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SECCO, Lincoln. *As Jornadas de Junho*. In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares*. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014.

_____. *Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci*. Revista Brasileira de Educação, nº 16. Jan/Fev/Mar/Abr, 2001.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Resultados das Eleições 2018*. DivulgaWeb. Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>> Acesso em: 05 mai. 2019.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2000.

VIANA, Silvia. *Será que formulamos mal a pergunta?* In: MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 53-58.